

### **Eixo Temático**

1. Educação no Campo e Movimentos Sociais

### **Título**

## **NOTAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: DESAFIOS DA LUTA ENTRE CAPITAL E TRABALHO NA REALIDADE BRASILEIRA**

### **Autora**

Fabiana de Cássia Rodrigues

### **Instituição**

Universidade do Vale do Sapucaí (Univás)

### **E-mail**

[fabicassia@yahoo.com.br](mailto:fabicassia@yahoo.com.br)

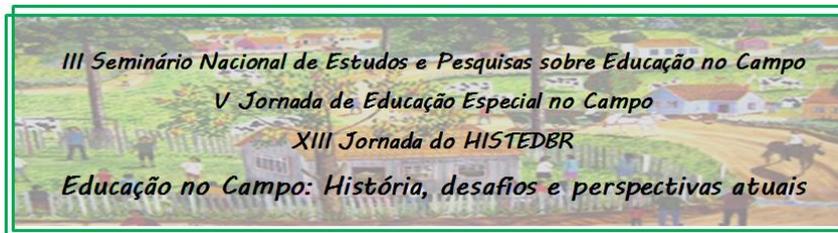
### **Palavras-chave**

Movimentos Sociais; Educação e Particularidade Brasileira

### **Resumo**

O trabalho tem por objetivo traçar algumas notas sobre a relação entre os movimentos sociais e a educação à luz da particularidade do capitalismo brasileiro. Parte-se do entendimento de que os movimentos sociais constituem expressão da luta de classes. Primeiramente, é apresentada uma breve síntese das diferentes teorias acerca dos movimentos sociais. Num segundo momento, é trabalhado um entendimento específico acerca dos movimentos sociais, enquanto expressão das contradições entre capital e trabalho no modo de produção capitalista. Partindo desta compreensão, na terceira parte do texto são discutidas as relações entre movimentos sociais e suas potencialidades educacionais na particularidade do capitalismo brasileiro. Desse modo, discute-se a relação entre os movimentos sociais e a educação em diferentes períodos. Desde os momentos decisivos da Revolução Burguesa no Brasil, entre os anos de 1950 e 1960. Período histórico em que os temas relativos à reforma agrária, à educação popular e às lutas dos trabalhadores urbanos emergiram com força na realidade brasileira e constituíram circunstâncias importantes de educação e conscientização política. Passamos em seguida pelo período ditatorial. Trata-se brevemente das consequências do golpe militar para os movimentos sociais, que passaram a se articular

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



pela mediação das alas à esquerda da igreja católica, num expressivo trabalho de educação política por meio das comunidades eclesiais de base. E, por fim, discute-se a retomada das lutas nos anos de 1980, sob uma configuração que culminou na disseminação das Ongs (Organizações Não governamentais) e seus efeitos fragmentadores sobre as lutas sociais, bem como seus limites à educação política dos desafios impostos à sociedade brasileira como parte da luta de classes.

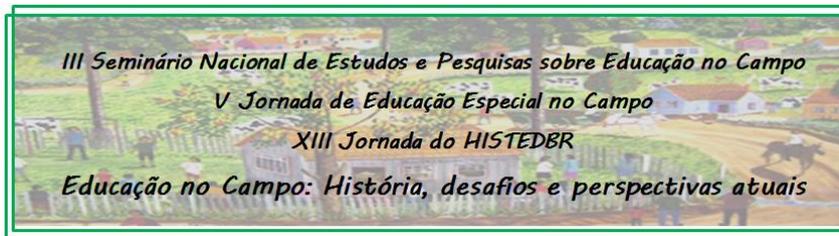
### **Texto Completo**

Este texto tem por objetivo traçar algumas notas sobre a relação entre os movimentos sociais e a educação à luz da particularidade do capitalismo brasileiro. Parte-se do entendimento de que os movimentos sociais constituem expressão da luta de classes. No entanto, existem diferentes explicações teóricas para a existência e forma de desenvolvimento destes movimentos. Por isso, primeiramente será apresentada uma breve síntese das diferentes teorias acerca dos movimentos sociais. E, em seguida, será trabalhado um entendimento específico acerca dos movimentos sociais, enquanto expressão das contradições entre capital e trabalho no modo de produção capitalista. Partindo desta compreensão, na terceira parte do texto serão discutidas as relações entre movimentos sociais e suas potencialidades educacionais na particularidade do capitalismo brasileiro.

### **Teorias sobre Movimentos Sociais**

A Professora Maria da Glória Gohn apresenta em sua obra uma síntese das diversas teorias acerca dos Movimentos Sociais. Segundo Gohn (2012), as primeiras análises acerca dos movimentos sociais estão associadas à teoria da ação social, numa busca de compreender os comportamentos coletivos. Gohn (2012) as denomina como clássicas e as insere no paradigma norte americano, pois foi nos Estados Unidos que apareceram estas abordagens. O enfoque foi o sóciopsicológico, nesta explicação é atribuída grande importância à reação psicológica, já que a adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava. Alonso (2009) explica:

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



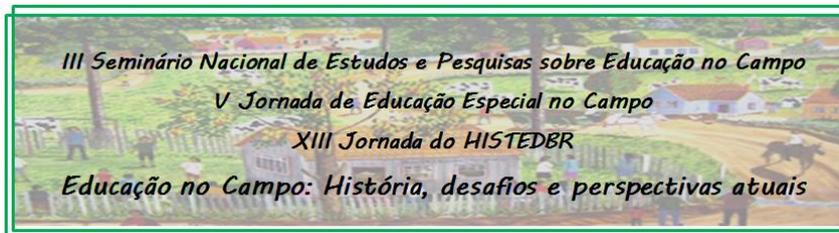
[...] na sociedade de massa, operada via consumo e afinada com o padrão dominante de individuação, a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade ou, conforme Smelser, como explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições momentaneamente não lograriam canalizar. De uma maneira ou de outra, a explicação tinha pilares psicossociais, amparando-se em emoções coletivas, e tom sombrio, ressoando o contexto de avanço dos regimes totalitários (ALONSO, 2009, p. 50).

Nota-se nesta teoria uma forte influência do pensamento de Durkheim e sua descrição acerca do estado de anomia, desregramento, estreitamente vinculado às consequências do crescimento desordenado da indústria, que poderia gerar relações precárias, com regras indefinidas, vagas. Desse modo, movimentos sociais seriam gerados em momentos de inquietação social, de incerteza, e seriam fruto de frustrações, de desconforto. A base desta análise é a crença numa ordem social estática, que necessita ser controlada. A falta de controle originaria os movimentos, que seriam um objeto estranho, exterior aos sujeitos históricos.

Nos anos de 1960 se desenvolve, também nos EUA, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), que expressaria uma rejeição às teorias clássicas quanto à ênfase nos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos. A psicologia foi rejeitada como foco explicativo das ações coletivas. O contexto histórico em que aparece esta teoria liga-se à ascensão nos EUA dos movimentos que se baseavam nos direitos civis (etnia), em questões de gênero (feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo).<sup>1</sup> (Alonso, 2009)

A TMR constrói uma abordagem pautada no utilitarismo, imputando aos movimentos sociais uma lógica empresarial. A decisão de agir partiria de um cálculo racional entre benefícios e custos. Desse modo, a ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura), humanos (ativistas e apoiadores) e de organização. Esta teoria exacerba a racionalidade das mobilizações

<sup>1</sup>Segundo Alonso (2009, p.51): “McCarthy e Zald (1977) são os epígonos da Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), que fizeram perante as explicações das mobilizações coletivas em termos de emoções coletivas, exacerbando o extremo oposto: sua racionalidade. Contra o funcionalismo, defenderam que, longe de expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições, movimentos, como o por direitos civis nos Estados Unidos, tinham sentido e organização”



coletivas, procurando explicar o processo de mobilização e não se preocupando em destrinchar as suas razões relativas ao contexto social e político.

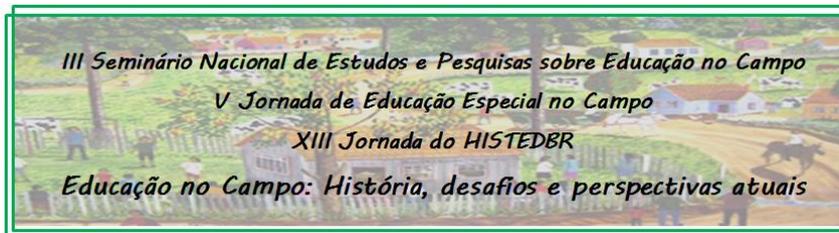
Maria da Glória Gohn (2012) destaca Charles Tilly como um dos mais importantes estudiosos americanos dos Movimentos Sociais. Para esta pesquisadora, Charles Tilly desenvolveu um trabalho histórico sobre as ações coletivas ocorridas na Europa em diferentes períodos, entre os séculos XVIII e XIX, buscando identificar quais pessoas, recursos e fins envolvidos nos movimentos e apontou que o fator gerador básico das mudanças estaria no sistema político institucionalizado, que proporcionou espaços para uma cultura política democrática que configurou a moderna ação coletiva.<sup>2</sup>

Há outras duas linhas teóricas importantes sobre os Movimentos Sociais. Uma delas é denominada de Teoria da Mobilização Política (TMP), surgida também nos EUA e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), desenvolvida na Europa. Estas teorias se destacam por representarem uma crítica à TMR, por ela se restringir aos aspectos organizacionais, bem como coloca-se contra as análises marxistas, tidas como economicistas e deterministas.

Na TMP, o enfoque volta-se ao desenvolvimento do processo político. Um dos seus autores mais representativos, Sidney Tarrow, desenvolveu o conceito de “estrutura de oportunidades políticas”(EOP). A EOP estaria relacionada com as dimensões formais e informais do ambiente político, ou seja, com os canais para a expressão de reivindicações que podem ser mais ou menos permeáveis aos reclamos da sociedade civil. Segundo Tarrow (2009):

O confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar da submissão e encontra oportunidade para usá-los. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos

<sup>2</sup> Maria da Glória Gohn (2012, p. 64, 65), ao enfatizar o caráter histórico dos estudos de Tilly, esclarece: “Embora muitos autores incluam o trabalho de Charles Tilly na teoria da Mobilização de Recursos (e eles têm suas razões para tal), achamos que deve haver uma diferenciação, já que ele possui características próprias, um estilo de abordagem que fez escola e uma abordagem essencialmente histórica. Outros autores relacionam o trabalho de Tilly ao paradigma dos Novos Movimentos Sociais, como Foweraker (1995). Discordamos desta posição porque o próprio Tilly destaca o caráter estrutural de suas análises e tece críticas à abordagem centrada apenas nas questões de identidade e na perspectiva microsocial. O que ele partilha com o paradigma dos NMS é a questão da solidariedade, particularmente a solidariedade comunal.”



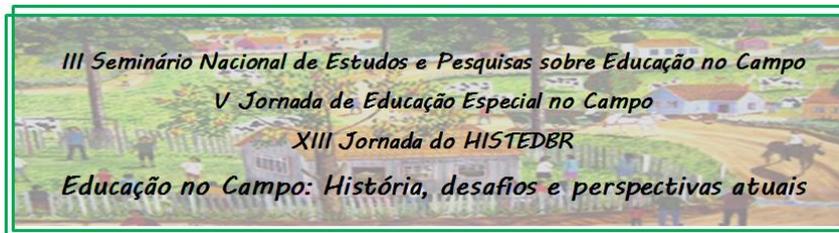
que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça. Os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Quando isso se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político (TARROW, 2009, p. 99).

Já a TNMS salienta a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas e o processo de identidade criado. Trata-se de um modelo teórico baseado na cultura sem base classista, fundamentado em interesses difusos. Seriam grupos de pressão com o intuito de mudar suas orientações valorativas, dos costumes. O mundo do trabalho teria perdido a centralidade no capitalismo contemporâneo, de modo que os movimentos sociais teriam como foco não mais questões redistributivas, mas, sim, estariam empenhados numa luta simbólica em torno de qualidade de vida, realização pessoal, direitos humanos.

Entre os principais expoentes desta teoria estão Alain Touraine (França) e Alberto Melucci (Itália). Segundo Alonso (2009), Touraine defende que após 1960 teria se configurado uma sociedade pós-industrial, em que a indústria e o trabalho teriam perdido centralidade, por isso os conflitos em torno do trabalho teriam se diluído e a dominação teria se tornado fortemente cultural. As novas mobilizações estariam relacionadas a luta por novas formas de vida, os novos sujeitos não seriam mais classes, mas, grupos marginais como: negros, índios, homossexuais, mulheres, jovens e teriam uma atitude de oposição<sup>3</sup>. Meluccise dedicou a produzir uma teoria da identidade coletiva, elaborada por meio da ação coletiva em que há comunicação, produção e negociação de significados.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> “Após os anos 1960 teria se configurado um novo padrão de sociedade, que Touraine, inicialmente, chama de “sociedade programada” e depois de “sociedade pós-industrial”, na qual a indústria e o trabalho teriam perdido centralidade. Os conflitos do trabalho teriam se diluído, processados pelas instituições democráticas, como expansão de direitos, e pelas instituições capitalistas, como aumento de salários. A dominação teria se tornado eminentemente cultural, feita por meio do controle da informação por uma tecnocracia. Técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas” (ALONSO, 2009, p. 60).

<sup>4</sup> Segundo Alonso (2009), na visão de Melucci: “Os novos movimentos sociais seriam, então, formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da



A partir das teorias apresentadas, desde as primeiras teorias formuladas, que viam inicialmente as ações coletivas como anomalias, fruto de irracionalidade, passando pela TMR que constrói uma abordagem pautada no utilitarismo, imputando aos movimentos sociais a lógica empresarial, depois a Teoria da Mobilização Política que foca nas oportunidades políticas conjunturais que determinariam as ações dos movimentos até chegar nas Teorias sobre os Novos Movimentos Sociais, poderíamos indagar: o que há em comum entre todas essas teorias?

Primeiramente, não são teorias que constroem explicações abrangentes com relações à totalidade econômica e social. Pode-se afirmar que são explicações que compartimentalizam a análise e enquadram os movimentos sociais na ordem burguesa.

A teoria clássica nega completamente os movimentos sociais como portadores de um papel construtivo na sociedade, já as demais enxergam possibilidades de os movimentos sociais fortalecerem a democracia. Na TMR, o sucesso dos movimentos sociais está estreitamente ligado à disponibilidade de recursos: humanos e materiais. A TMP enfoca as oportunidades políticas, que podem ser criadas pelo próprio Estado e também podem ser obstaculizadas por ele, já que em ambientes repressivos haveria um refluxo dos movimentos sociais.

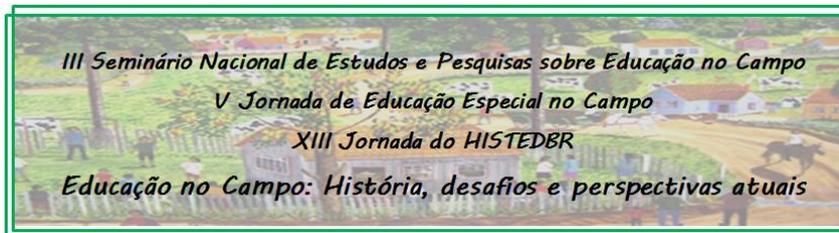
A TNMS fundamenta-se em diferentes autores, como Touraine e Melucci, que, embora tenham análises particulares sobre os movimentos sociais, possuem algo em comum: defendem que viveríamos numa sociedade pós-industrial, em que o conflito básico da sociedade não se daria mais entre capital e trabalho, mas, sim, no âmbito cultural. Portanto, retira-se de pauta a contradição essencial do modo de produção capitalista e as bases da exploração do trabalho. A grande questão passa a ser a luta por novas identidades e valores, desse modo, são abordados em primeiro plano, por exemplo, os movimentos identitários como o feminismo, o pacifismo e o ambientalismo.

## Movimentos Sociais e Luta de Classes

---

reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas”.

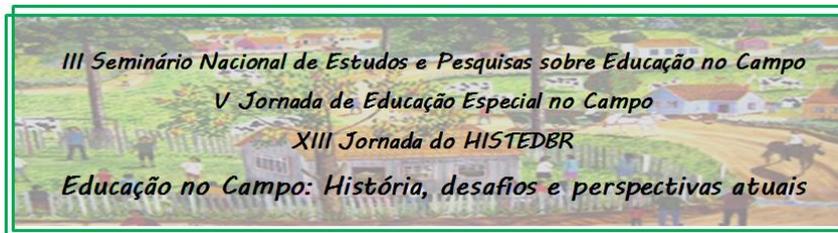
[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Em contraponto a essas abordagens, neste artigo, percebemos os movimentos sociais como expressão da luta de classes. Os movimentos sociais podem ser compreendidos a partir do que se convencionou chamar de a “questão social” sob o modo de produção capitalista. Desde seus primórdios, em sua fase industrial concorrencial, a pauperização massiva da população constituiu uma das expressões imediatas do capitalismo. Sob o modo de produção capitalista, a classe trabalhadora, alijada da propriedade privada, cria quantidades de riquezas muito superiores ao que recebe sob a forma de salário, que restringe-se a garantir a sobrevivência e a reprodução da classe trabalhadora. O trabalho não pago coloca em funcionamento a acumulação de capital, gerando um desenvolvimento crescente das forças produtivas da sociedade. Este processo conforma a exploração do trabalho e provoca a luta entre as classes: de um lado aqueles que detêm os meios de produção e, de outro, aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho.

A busca por obter quantidades cada vez maiores de mais valia (trabalho não pago) é o que move a atividade humana sob este modo de produção, o que constitui uma irracionalidade, uma vez que as necessidades verdadeiramente humanas são renegadas, ao mesmo tempo em que se desenvolvem crescentemente as condições materiais para suprimi-las. O que singulariza a exploração do trabalho nestas circunstâncias é que ao mesmo tempo em que cresce o pauperismo aumenta a capacidade social de produzir riquezas. Este processo é delineado por Karl Marx no capítulo vigésimo terceiro de O capital, na *Lei Geral da Acumulação Capitalista* (MARX, 2013).

Deste modo, a “questão social” está vinculada ao traço próprio da relação entre capital e trabalho, que se distingue pela exploração e que constitui um corolário necessário ao desenvolvimento capitalista em todas as suas fases. Aqueles que se submetem à exploração não se mantêm numa condição cordata, em vários momentos da história se organizaram coletivamente de diferentes maneiras contra a situação em que se encontravam, no século XIX, poderíamos citar desde a violência luddista contra as inovações produtivas que desempregavam trabalhadores até a constituição das *trade-unions*, configurando uma ameaça real à ordem social estabelecida (NETTO, 2015).



Portanto, os movimentos sociais podem ser compreendidos como expressão da contradição fundamental existente entre capital e trabalho.

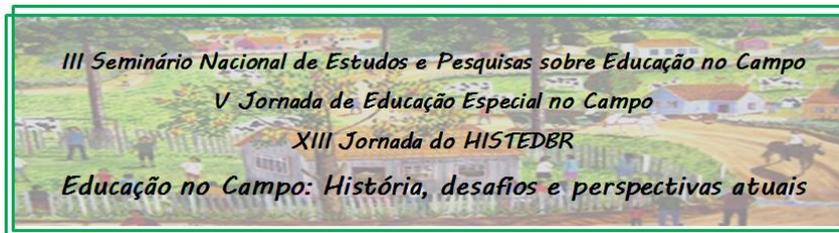
Esta interpretação implica em um determinado trato teórico da “questão social” que consiste em sua vinculação com a problematização em torno dos fundamentos da ordem econômico-social estabelecida. A ordem burguesa é entendida por Marx enquanto um sistema mundial, com uma tendência histórica de tudo abranger, desde suas origens nas revoluções burguesas clássicas à incorporação de todas as regiões do globo, conforme descrito no Manifesto do Partido Comunista de 1848 (MARX, 2008). Isto não significa que haja um modelo universal de funcionamento do modo de produção capitalista nas diferentes realidades históricas.

Esta dinâmica histórica universalizante se expressa por meio das burguesias oriundas das revoluções burguesas clássicas sedentas por novos campos de acumulação. Neste quadro, cada um dos objetos singulares, que podem ser, por exemplos, espaços nacionais, são envolvidos numa trama de relações de um modo de produção que a tudo incorpora e subordina. Tais singularidades conforme são incorporadas nessa dinâmica configuram particularidades, compreensíveis a partir de um conjunto de mediações. Somente assim seria possível entender formações econômico-sociais determinadas, particulares.

Deste modo, por estes fundamentos teóricos metodológicos, os movimentos sociais no Brasil são compreendidos como expressão da contradição entre capital e trabalho numa realidade particular, caracterizada por nossa extração colonial. A nossa história esteve marcada pela dupla articulação entre dependência e subdesenvolvimento. A dependência se expressa na dominação imperialista externa e no subdesenvolvimento caracterizado pela manutenção do atraso, como nas relações agrárias vastamente arcaicas, tal como Florestan Fernandes (2006) analisou em *A revolução burguesa no Brasil*.

Os desafios colocados aos movimentos sociais no Brasil vinculam-se a uma importante tarefa educacional que se relaciona, conforme Mészáros (2008), à auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar uma ordem social radicalmente diferente, consubstanciada na emancipação dos homens de toda

**[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



exploração. Por que esta tarefa educacional é fundamental? Porque, se estamos diante de uma ordem social que a tudo abrange e subordina, os desafios daqueles que vivem do trabalho somente podem ser compreendidos a partir de uma construção teórica que busque entender os problemas de nossa particularidade histórica, segundo as relações recíprocas estabelecidas com a totalidade. Assim, a consciência de classe proletária consiste na consciência do trabalhador acerca do seu ser social enquanto enquistado no antagonismo estrutural da sociedade capitalista:

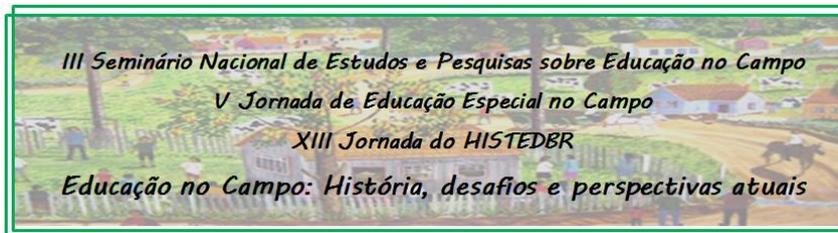
Uma teoria objetiva da consciência de classe implica, acima de tudo, a avaliação de sua problemática nos termos da concepção marxiana global do capitalismo enquanto um sistema mundial real. Isso significa que mesmo os fenômenos de conflito social de aparência puramente local têm de ser relacionados à totalidade objetiva de um estágio determinado do desenvolvimento socioeconômico. Sem um esforço consciente de interligar os fenômenos sociais específicos às tendências gerais e às características do capitalismo como sistema global, o significado desses fenômenos permanece obscuro ou parece desproporcionalmente aumentado, e o mesmo se dá em relação às leis gerais – por exemplo, a lei da pauperização, da taxa decrescente de lucro etc., válidas apenas em termos qualificados globalmente – parecem ser, de outra forma, nada mais que especulações e abstrações (MESZÁROS, 2008, p. 85).

Desse modo, o desafio educacional e teórico dos movimentos sociais, portanto, estaria em transcender os limites da consciência de grupo, dos grupos determinados de trabalhadores em direção a uma consciência global do ser social.

### **Movimentos Sociais e Educação Política na Realidade Brasileira**

Os anos entre as décadas de 1950 e 1960 foram caracterizados como pré-revolucionários por Octávio Ianni (1979), por termos vivido uma ascensão da organização e conscientização das classes exploradas nas cidades e no campo, nas ligas camponesas, junto às igrejas, nos partidos. Em várias obras da época se utiliza o termo “Revolução” para examinar o período, seja de obras de marxistas ou não. A título de exemplo poderíamos citar: *A revolução brasileira*, de Caio Prado Júnior (1968) e *A pré-*

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



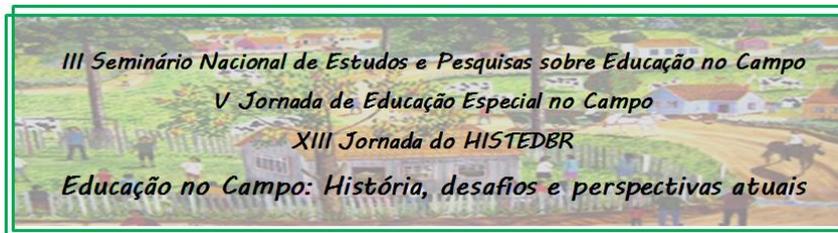
revolução brasileira de Celso Furtado (1962). Este foi o período de intensificação da industrialização do país, com a formação do proletariado e da burguesia.

No campo educacional um dos grandes desafios correspondia a como alfabetizar grande parte da população adulta para que pudessem votar e participar das decisões políticas, no processo de construção da democracia. Paulo Freire (2000) em *A educação como prática para liberdade*, no mesmo sentido dos autores citados no parágrafo anterior, dedica o primeiro capítulo a examinar: *A sociedade brasileira em transição*. Ele descreve uma sociedade fechada, sem povo, antidialógica, atrasada, comandada por uma elite superposta a seu mundo para uma sociedade em que o povo poderia se tornar participante de todas as transformações vividas nas dimensões econômica, social, política e cultural.

Paulo Freire desenvolve várias experiências com a educação popular no período assinalado, a partir das quais concebe um método de alfabetização incrustado nas necessidades de conscientização do homem acerca dos problemas sociais em que está inserido, sobre suas responsabilidades e sobre seu papel no clima cultural da época em transição. Tratava-se de, por meio de um método de alfabetização, trabalhar pela superação de uma intransitividade da consciência – em que a apreensão dos problemas se situam apenas na esfera biologicamente vital. Passando por uma transitividade ingênua, ainda com limitada esfera de apreensão, com o intuito de chegar numa transitividade crítica, em que poderia ser elaborada uma educação dialógica e ativa, caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas, que seria a matriz de uma verdadeira democracia.

Paulo Freire (2000) destaca a estreita relação entre aqueles que passavam por seus grupos de alfabetização e o maior engajamento em movimentos sociais. A relação ganha ainda mais sentido se levarmos em consideração que a população abrangida por este método era justamente a que mais sofria as consequências da exploração e a total ausência de condições dignas de sobrevivência. É possível assinalar uma intensa conexão entre esta pedagogia - que tem o foco no sujeito e em suas possibilidades de conhecer e conscientizar-se acerca da realidade - com as lutas em torno de terra, melhores condições de trabalho e salários.

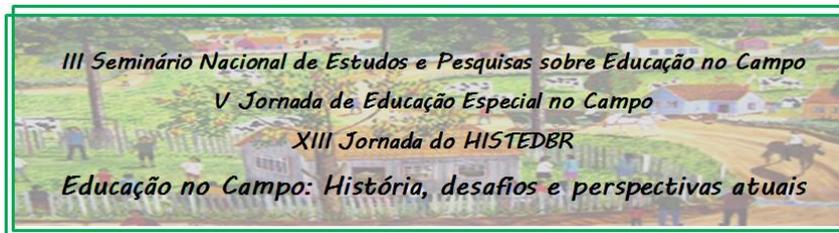
[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



No início de 1964, o método Paulo Freire havia se tornado política de Estado, sob o governo do presidente João Goulart. Previa-se a instalação de 20.000 círculos de cultura, com o resultado de 2 milhões de alfabetizados até o final daquele ano. Uma das primeiras medidas da ditadura instalada foi abolir esta política e determinar o exílio de seu formulador.

Conforme Florestan Fernandes (2006), a Ditadura militar instalada em 1964 representou uma contrarrevolução burguesa, detendo os possíveis avanços democráticos e em prol da soberania econômica do país. A burguesia brasileira deixa claro seu caráter histórico nesses anos de chumbo, de subserviência aos interesses dos países do centro do capitalismo, reforçando os laços com o imperialismo; e de onipotência na relação estabelecida com as classes exploradas internamente. Intensificou-se nesse período a forma como historicamente a “questão social” é tratada no Brasil, como caso de polícia. Os movimentos sociais, ligados às lutas trabalhistas, aos camponeses, aos estudantes foram barbaramente perseguidos, as lideranças torturadas e muitos exilados. Entre 1964 e 1968, o principal movimento que serviu de aglutinador das forças de oposição à ditadura, foi o movimento estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE) teve importância significativa por conseguir se manter nas manifestações, apesar do cenário truculento que exterminou as possibilidades de organização dos sindicatos, circunstâncias que só se concretizaram para os estudantes após o AI-5 no ano de 1968. (SANFELICE, 2008)

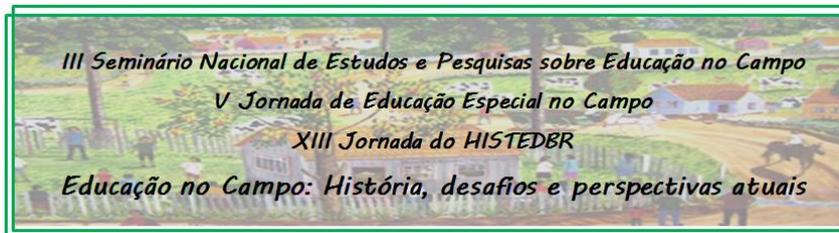
Após este período, a Igreja Católica exerceu um papel importante na organização da resistência à ditadura. Setores da Igreja foram influenciados pela Declaração de Medellín, oriunda da II Conferência Geral do Episcopado latino-americano. Conforme esta declaração, a “salvação” é anunciada na instauração de condições de vida mais humanas e há uma ênfase na denúncia das estruturas sociais produtoras das desigualdades, exploração e miséria. Há também o incentivo à constituição de comunidades, que vão se consubstanciar nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Segundo Eder Sader (1988), em 1981, chegou-se a mais de 80.000 CEBs, com mais de 2 milhões de pessoas envolvidas. Essas comunidades congregavam grupos



que, inspirados no Evangelho, passavam a debater suas precárias condições de vida, bem como possíveis propostas de superação dessas situações.

As CEBs estão na base dos movimentos sociais surgidos na década de 1980. Como foi o caso dos movimentos urbanos na Grande São Paulo: relativos ao Clube de Mães, que se colocaram em luta pela redução do custo de vida e também ao Movimento de saúde da periferia leste, que defendia mais postos públicos e saúde de qualidade. Num e noutro caso, esses movimentos tiveram um papel educativo bastante significativo. O Clube de Mães multiplicou atividades de educação popular em torno do custo de vida. Nas reuniões se discutiam os significados, as causas e os interesses envolvidos. Temas específicos como a questão agrária e a dívida externa foram debatidos. No Movimento pela saúde chama a atenção que a luta ganhou muita força depois da atuação dos médicos sanitaristas que desenvolveram atividades para esclarecer as famílias sobre doenças, circunstâncias de propagação e qual poderia ser o papel do Estado no atendimento público. Ou seja, são homens tomando contato com as razões que determinam seus dramas sociais, conscientizando-se a respeito de sua condição. (SADER, 2008)

O que se verificou no período foi um grande crescimento no número de movimentos sociais atrelados a pautas específicas, fundamentadas na luta por direitos que de certo modo alimentou as lutas populares em torno da Constituição promulgada em 1988. De um lado, a estreiteza das reivindicações se justifica pelo contexto truculento e de desmantelamento das organizações políticas do período pré ditatorial, de outro, há um elemento relacionado às questões teóricas atinentes aos movimentos sociais. Virginia Fontes (2010), afirma que ao final da década de 1970 ocorre a volta de muitos intelectuais do exílio, influenciados pela produção sociológica internacional dedicada aos “novos movimentos sociais” que estabelecia uma forte crítica às abordagens que relacionavam as estruturas às classes sociais, considerando-as como não lastreadas na experiência imediata dos sujeitos, portanto, não suficientemente empíricas. Desse modo, teria havido um desdém a qualquer referência à totalidade e ao modo histórico de constituição dos sujeitos.



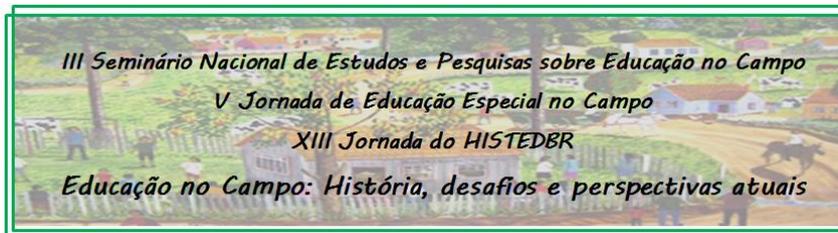
Assim, há a confluência de dois aspectos que colaboram para a compartimentalização das lutas. De um lado, a realidade concreta dos sujeitos em luta no período, que foram intensamente restringidos em suas organizações políticas e interditados à reflexão enquanto classes sociais. De outro, havia a forte influência dessa base teórica relacionadas aos “novos movimentos sociais” que consolidava uma visão imediatista dos setores populares.

Nesse mesmo período surge o MST (constituído formalmente em 1984), também sob forte influência das CEBs, de onde vêm suas principais lideranças. O MST coloca em pauta a reforma agrária no país, intensamente debatida e alvo de muitas lutas no período anterior ao golpe. O foco das lutas é o latifúndio improdutivo. As ocupações de terra se tornam uma das principais táticas de luta e também uma das principais bases de sua pedagogia, conforme Roseli Caldart (2004). Para a realização das ocupações havia um intenso esforço do movimento no sentido da formação política de sua base, esclarecendo sobre as bases legais que faziam a luta ser uma ocupação e não uma invasão de terra, fortemente calcado no Estatuto da Terra (1964) que previa a realização de reforma agrária em latifúndios improdutivos, bem como apontava para a necessidade de a terra cumprir sua função social (RODRIGUES, 2013).

O MST tornou-se o maior movimento social do país com organização nacional e uma preocupação com a educação que é muito relevante e exemplar sobre os desafios colocados a um movimento social deste porte. Primeiro, porque a base social do MST que é excluída do acesso à terra, também é historicamente excluída do acesso à educação, por isso desde as primeiras ocupações houve a necessidade de se pensar a questão da escola e da educação para as crianças dos acampamentos.

O MST toca num dos pilares da particularidade do capitalismo no Brasil: a concentração fundiária que alicerça a extrema exploração da força de trabalho no campo e nas cidades, por isso enfrenta toda sorte de violência, seja no campo ideológico, perpetrado pelos órgãos da mídia, seja por força policial ou por milícias privadas. A organização deste movimento requer que se compreendam muito bem quais são as partes e políticas em disputa, daí a relevância que assume a educação, seja, por exemplo, em sua dimensão escolar ou no âmbito da formação política.

**[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Um dos traços de origem do MST, desde o início dos anos de 1980, consistiu na luta por escolas públicas dentro das áreas e assentamento e acampamentos. Segundo a educadora “[...] Organizar essa luta foi o objetivo principal da criação de um setor de educação no Movimento.” (KOLLING, VARGAS e CALDART, 2014, p. 95). Ao longo de sua história as elaborações acerca da educação se complexificaram, e foram estabelecidos princípios norteadores da luta, que podem ser sintetizados da seguinte forma: a) elaboração e implementação de um projeto próprio de educação; b) crítica e/ou negação do ensino oficial estatal; c) implementação da gestão democrática em suas escolas; d) formação dos próprios educadores; e) articulação entre ensino e trabalho produtivo. (DAL RI, 2004).

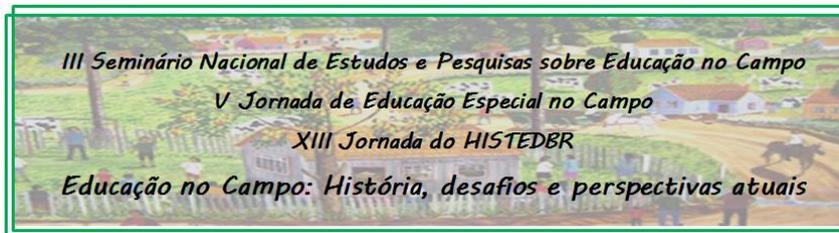
Além da luta por escola pública, existe uma preocupação com a formação política dos quadros do Movimento. Na década de 1980, havia uma forte ligação do MST com a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o PT, os quais constituíram matrizes formativas para a militância na luta pela terra. Já nos anos de 1990 o Movimento idealizou escolas próprias de formação, capazes de lhe conferir maior autonomia, culminando nos anos 2000 com a criação da ENFF (Escola Nacional Florestan Fernandes) em Guararema, no estado de São Paulo. Ela foi pensada para abrigar palestras e cursos de curta e longa duração de formação política para militantes de várias partes do mundo, especialmente da América Latina.

Na tese de doutorado de um dos autores, desenvolveu-se o tema da formação política no MST na década de 1980, destacando os vínculos que foram estabelecidos com as diretrizes estratégicas advindas do Partido dos Trabalhadores (RODRIGUES, 2013).

O PT foi criado em 1981, e, conforme ressaltou Virginia Fontes (2010), este partido teve um papel muito importante na década de 1980, como referência para um conjunto significativo de movimentos sociais em luta. O PT atuava como conexão entre os diversos movimentos populares, como base para ampliação do teor e do escopo das lutas sociais.

Se de um lado o PT teve esse papel unificador, houve também na década de 1980 a consolidação e o crescimento das ONGs, que consistiam numa forma de

[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



organização fortemente apoiadas em fontes de financiamento internacional e coligadas a demandas específicas. No interior das ONGs desenvolveu-se uma profissionalização da assessoria prestada aos movimentos populares. Houve, desse modo, uma diluição importante do engajamento social e das possibilidades de percepção da real dimensão da luta que se trava, contribuindo para velar a composição de classes.

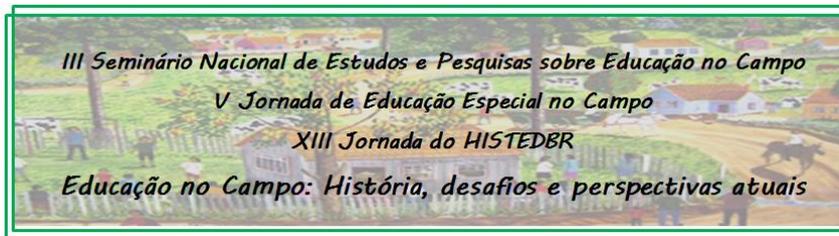
As ONGs cresceram nos anos 1980 e passaram a ter papel ainda mais expressivo nos anos 1990 com a adoção das políticas neoliberais e o refluxo dos movimentos sociais em todo o país. O potencial transformador dessas organizações é bastante reduzido, há pouca possibilidade de atrelar as suas pautas específicas com as contradições de classes instaladas na realidade brasileira, este parece ser um dos grandes desafios a nós colocados nesse momento histórico (MONTAÑO, 2002).

### **Considerações finais**

Os desafios econômicos e sociais impostos ao país em meados da década de 1950 colocavam na ordem do dia a configuração das classes, a correlação de forças entre capital e trabalho, que se evidenciava especialmente nas lutas sindicais, bem como nas lutas por terra. A ditadura militar esmagou o conjunto dos movimentos sociais brasileiros, restando pouco espaço de organização e resistência, que a partir dos anos de 1970 teve lugar nos setores à esquerda da Igreja Católica. Os anos de 1980 foram palco de uma realidade bastante controversa, de um lado uma ascensão das lutas sociais, em diversos âmbitos, unificada na luta pelas diretas-já e no aparecimento e crescimento do PT. De outro lado, uma intensa compartimentalização das lutas, dificultando uma visão mais abrangente dos desafios impostos ao capitalismo brasileiro. Nesse cenário, mesmo a luta pela Reforma Agrária arrefece.

As teorias mais recentes acerca dos movimentos sociais, tais como a Teoria da Mobilização Política e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais têm por característica não realizarem análises mais abrangentes que relacionem a existência dos movimentos a causalidades estruturais e orgânicas da ordem vigente. Essas Teorias, conforme destacou Virgínia Fontes (2010), penetram de maneira importante no cenário intelectual brasileiro a partir dos anos de 1980 e juntamente com a fragmentação da luta

**[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



contestatória, como fruto da ditadura, contribuem para a dificuldade de aglutinação do conjunto das organizações, segundo uma base classista.

No Brasil, o MST, oriundo desse mesmo período, se tornou o mais importante movimento social da América Latina. Com origem histórica nas ocupações de terra ao sul do país, na contestação das políticas agrárias dos governos autoritários, o MST, ao longo de sua trajetória histórica, foi percebendo cada vez mais que sua luta não poderia se restringir apenas ao acesso à terra, incluindo também a questão educacional, tanto no âmbito da escola pública, quanto da formação política de sua militância (RODRIGUES, 2013). O MST tem explicitado em seus escritos atuais sobre o projeto da Reforma Agrária Popular a necessidade de perceber a questão agrária brasileira como uma que toca o conjunto da classe trabalhadora brasileira, por diversas vias, desde aquelas que dizem respeito às condições de trabalho no campo e na cidade, bem como à qualidade dos alimentos que são comercializados (MST, 2014). Por isso, o MST ressalta a importância de que a luta pela reforma agrária seja encampada pelo conjunto da classe trabalhadora brasileira.

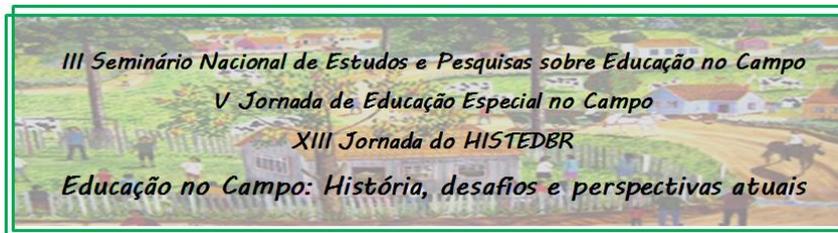
Enquanto a discussão teórica do MST tem ido na direção apontada, a realidade concreta tem sido de extremas dificuldades para o encaminhamento dos embates, o que pode ser verificado pela diminuição expressiva do número de ocupações de terra nos últimos anos.

O refluxo dos movimentos sociais é uma realidade destacada a partir dos anos 2000, em paralelo, o Estado, tomado pelas políticas neoliberais, diminui o amparo às necessidades básicas da população, com cortes orçamentários recorrentes que precarizam cada vez mais a saúde, a educação e outros serviços públicos.

Portanto, o desafio para as lutas sociais intensifica-se ao mesmo tempo em que pioram as condições de organização e educação política para a compreensão dos problemas brasileiros a partir de uma ótica que inclua uma análise da totalidade e coloquem como central a luta de classes em nossa realidade.

## Referências Bibliográficas

[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n.76, p.49-86, 2009.

CALDART, R. **A pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. **Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone, Fapesp, 2008.

FERNANDES, F., **A revolução burguesa no Brasil**. 5ªed. São Paulo: Globo, 2006.

FREIRE, Paulo, **Educação como prática da liberdade**. 24ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

FONTES, V., **O Brasil e o Capital imperialismo – teoria e história**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de São Joaquim Venâncio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FURTADO, C., **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GOHN, M. da G., **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 10ed. São Paulo: Loyola, 2012.

LIMA, A. GUHUR, D. TONÁ, N.; NOMA, A. Reflexões sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios dos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

IANNI, O., **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981a.

KOLLING, E. J.; VARGAS, M. C.; CALDART, R. MST e educação. In: MST, Boletim da Educação n. 12. – **II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária**, Dez. 2014.

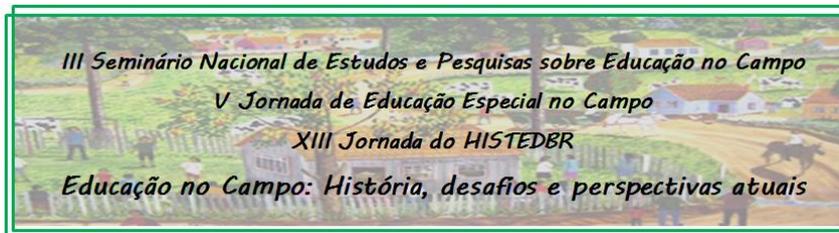
MARX, K. O capital. **Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_, ENGELS, Friedrich, **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MESZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie.** Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>> Acesso em jan. 2015.

NOVAES, H. T.; SANTOS, L.; PIRES, J. H.; FUZER, A. A economia política da “Revolução Verde”, a Agroecologia e as Escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (orgs.) **Questão agrária, cooperação e agroecologia.** São Paulo: Outras Expressões, 2015, vol I.

PRADO JR. C., **A Revolução Brasileira.** 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

RODRIGUES, F. C.; **MST – Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980.** Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2013.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena. **Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANFELICE, J. L., Movimento Estudantil. **A UNE na resistência ao golpe de 1964.** Campinas: Alínea, 2008.

SAPELLI, M. Escola Itinerante: espaço de disputa e contradição. **Educar em Revista,** Curitiba, Brasil, n. 55, p. 129-143, jan./mar. 2015.

TARROW, S., **O poder em movimento. Movimentos Sociais e Confronto Político.** São Paulo: Vozes, 2009.